

## FEMINIZAÇÃO DA POBREZA: UMA LEITURA CRÍTICA

Guillermo Alfredo Johnson \*

Moises Krieger \*\*

### 1. Introdução

Na sociedade contemporânea a questão da pobreza vem se apresentado de forma aguda e angustiante, a qual pode ser interpretada à luz de uma crítica contundente da lógica neoliberal<sup>1</sup> que tem tomado conta da esfera estatal. Esse estado de coisas conduz a que os problemas decorrentes da persistente distribuição desigual da riqueza socialmente produzida se torne um lugar comum dos debates no mundo acadêmico. Em face do cenário esboçado nós autores da pesquisa “A Feminização da Pobreza na Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI): A desigualdade de gênero no mercado de trabalho formal” consideramos indispensável inserir nesse debate os desdobramentos particulares que esse fenômeno macro-estrutural assume na realidade social da região.

Considerando a crescente importância da temática relacionada com estudos da pobreza, decorrentes do aprofundamento das desigualdades de rendas em nível global, no presente escrito abordaremos conceitos vinculados a interseção das questões de gênero com a pobreza. Nesse contexto, ensaiaremos uma sucinta análise dessa problemática relacionada a região acima apontada.

### 2. Fundamentação Teórica

---

<sup>1</sup> Uma concepção referencial de neoliberalismo pode ser sucintamente esboçada ao apontar as suas cinco diretrizes gerais: “estabilização (de preços e das contas nacionais); privatização (dos meios de produção e das empresas estatais); liberalização (do comércio e dos fluxos de capital); desregulamentação (da atividade privada) e austeridade fiscal (restrições aos gastos públicos)” (Petras, 1997, p. 18). Esse conjunto de políticas tem orientado a concepção da nova relação entre mercado, Estado e sociedade implementadas em diversos graus e de várias formas na América Latina.

Em primeiro lugar, para ter uma devida compreensão do tema, torna-se indispensável salientar que, na perspectiva de Oliveira (2004), a pobreza não é um estado, mas sim um processo.

Nesse sentido, referindo-nos à problemática da pobreza, é importante destacar as particularidades, as características que a podem diferenciar de uma região para outra, de um país a outro. Ao mesmo tempo, a sua interpretação apresenta uma estreita relação com fatores culturais, como por exemplo, gênero, raça e etnia (Arriagada, 2005).

Por conseqüência é importante ressaltar que nas sociedades modernas a definição da pobreza não é uma dimensão absoluta, senão que a sua expressão conceitual se apresenta na comparação da distribuição da renda, geralmente vinculando sua extinção ou redução como decorrência natural do aumento da riqueza. Desta forma “a pobreza não é somente o estado de uma pessoa que carece de bens materiais; ela corresponde, igualmente, a um status social específico, inferior e desvalorizado” (Paugam, 2003, p.45).

Desde o ponto de vista das elaborações provindas da CEPAL – Comissão de Estudos para América Latina – a pobreza, de acordo com Arriagada (2005), pode ser compreendida como sendo:

*Una síndrome al que se asocia el infraconsumo, la desnutrición, las precarias condiciones de vivienda, los bajos niveles educacionales, las malas condiciones sanitarias, una inserción inestable en el aparato productivo, actitudes de desaliento y anomia, poca participación en los mecanismos de integración social, y quizás la adscripción a una escala particula de valores, diferenciada en alguna medida de la del resto de la sociedad (Altimir apud Arriagada, 2005, p.102-103).*

Assim, ao estudar a questão da pobreza é importante compreendê-la como uma categoria que pode apresentar vários desdobramentos, entre os quais é mister evidenciar que as suas tendências dinâmicas mantêm relações com as mudanças no mercado de trabalho e com o processo de urbanização. Dessa forma, a conceituação

tradicional de pobreza identifica as modalidades de pobreza que os matizes contemporâneos permitem analisar (Prá, 2004).

No entanto é preciso ter uma compreensão abrangente da pobreza, pois Paugam (2004) compreende que é “uma categoria variada, relativa e arbitrária, mas constitui uma propriedade da estrutura das sociedades modernas” (p.55).

Na atual conjuntura a pobreza é compreendida como efeito negativo provocado pela lógica neoliberal na sociedade, que conseqüentemente recriou ou até mesmo fortaleceu a distribuição desigual da riqueza. Assim, dessa categoria sociológica, na pobreza, fazem parte os desempregados e desempregadas de longa duração, de idades avançadas, os incapazes de trabalhar, as famílias monoparentais, essencialmente femininas (Prá, 2004; Marx, 1987).

Partindo da perspectiva da ‘nova pobreza’ é possível observar a emergência de uma concepção que enfatiza a discriminação de gênero, aprofundando a dimensão cultural da desigualdade de gênero existentes nas sociedades dos países desenvolvidos e nos países em desenvolvimento (Arriagada, 2005).

Contudo é importante salientar que a categoria da pobreza não tem uma forma única de ser caracterizada, mas, podemos observar que a pobreza, como categoria sociológica, é variada e, às vezes, arbitrária como propriedade da sociedade moderna (PAUGAM, 2003). Desta maneira é crescente o número de estudos vinculados a essa temática conduzindo a que o fenômeno denominado feminização da pobreza seja inserido na problemática dessa ‘nova pobreza’, que envolvera uma reformulação no seu modo de ser compreendido como fenômeno social (Prá, 2004).

Por tanto, a questão da feminização da pobreza está “relacionado com o aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres bem como ao crescimento da taxa de participação das mulheres em setores de atividades” (Novellino *apud* Prá, 2004, p.28). Essa questão ganha, nas análises contemporâneas, crescente relevância no âmbito do conceito de ‘feminização da pobreza’ precisamente com relação ao fenômeno recente do aumento das famílias chefiadas por mulheres, sejam esses domicílios chefiados por mulheres com ou sem companheiros (Spindola, 2005).

Contudo, para aprofundar a compreensão da questão 'chefia feminina' é importante salientar que chafia familiar pode ser vista como um "sistema patriarcal de governancia e a noção de ausência de conflitos internos quanto à alocação de recursos entre os membros do domicilio" (Folbre *apud* Carvalho, 1998, p.77). Com isso pretendemos ressaltar a heterogeneidade e complexidade característica deste fenômeno.

Dessa forma podemos observar que o termo 'chefia feminina' em alguns casos está relacionado com a ausência ou até mesmo negação da chafia masculina no domicilio sendo freqüente a condição de mãe solteira, viúva, ou até mesmo separada com dependentes, sendo responsável economicamente pela sobrevivência do grupo familiar (Spindola, 2005; Carvalho, 1998).

No entanto, quando se fala em 'chefia feminina' em relação à família está mencionando a questão de gênero, que conseqüentemente essa relação está presente na questão das atitudes diante da sociedade partindo da concepção de que essas atitudes são construídas culturalmente e aprendidas, uma relação hierárquica entre os sexos, uma relação de poder (Krieger; Johnson, 2005).

Mas, quando se fala em gênero, por conseqüência, aborda-se relação hierárquica historicamente persistente entre homens e mulheres. Nesse aspecto torna-se fundamental destacar que, sendo um conjunto de atitudes referentes à sexualidade biológica, o que pode ser considerado meramente como o 'feminino', transforma-se, como produtos da organização das atividades humanas que permitem a satisfação das necessidades sociais, na idéia de 'gênero'. Por tanto, a questão de gênero deve ser pensada não somente como uma relação entre homens e mulheres, mas como elemento constitutivo das relações sociais (Toledo, 2003).

No entanto, na dinâmica societária, com a incorporação das mulheres no mercado de trabalho, na educação, na política, foi possível perceber uma miríade de mudanças nas relações de gênero. Contudo, verifica-se no mercado de trabalho que a relação de gênero mantém-se fortemente desigual, no âmbito da precarização das relações de produção vigentes, desdobrando-se em repercussões negativas de grande monta nas atividades femininas (Sorj, 2005).

### 3. Caracterização do Micro-Região

Para iniciar a análise dos dados é importante observar algumas informações demográficas e sócio-espaciais para construirmos um perfil da região AMFRI, como segue na tabela abaixo:

TABELA 1– Perfil da AMFRI

Indicadores	Masculino	Feminino	Total
População Residente	194.366	199.771	394.137
Taxa de Analfabetismo (%)	5,07	5,55	5,31
Pop. Economicamente Ativa	113.212	76.591	189.803
PEA Desocupada	11.636	12.941	25.577
PEA Ocupada	101.576	63.550	165.226
De 16 a 24 anos	23.356	15.750	39.106

Fonte: IBGE, Censo 2000. Elaboração: MTE, Caged/Rais, Perfis dos Municípios

Conforme pode ser apreciado na tabela acima, na região da AMFRI 50,60% da população residentes são mulheres, sendo que destas 38,33% são economicamente ativas e, por sua vez, essas mulheres representam 40,35% da população economicamente ativa. No entanto, 31,81% das mulheres residentes estão trabalhando formalmente nos diversos setores de ocupação, sendo que esses valores ao mesmo tempo representam 38,46% da população economicamente ativa da região da AMFRI. É importante destacar que a diferença existente entre os dados disponíveis da população economicamente ativa (PEA) ocupada e desocupada denota uma clara desvantagem para as trabalhadoras, sendo as vítimas mais freqüentes do desemprego.

Para a devida compreensão do fenômeno apontado como 'feminização da pobreza', tem importância salientar que essa questão periclitante parte do fato que as mulheres tem um rendimento inferior ao do masculino. Este fato é possível de ser constatado na região da AMFRI, pois a média de rendimento do conjunto dos trabalhadores formais, de acordo com os dados de IBGE (2000), é de R\$ 231,58 por mês e ao comparar os rendimentos masculinos aos femininos a diferença apresenta uma média de 15,89% (conforme pode ser observado na tabela 4). Mas, fazendo uma comparação com o valor médio indicado na tabela 4 é possível observar que ocorre uma diferença de 68,27% entre a média do rendimento médio na AMFRI e o

rendimento feminino. Uma outra dimensão da desigualdade na distribuição de renda por gênero é possível verificar visualmente na tabela a seguir, pois se percebe que nas faixas salariais mais elevadas os trabalhadores masculinos apresentam evidente vantagem, sendo que as trabalhadoras são sutilmente maiores nas faixas de mais de meio até dois salários mínimos.

TABELA 2 – Número de trabalhadores formais distribuídos em faixas de rendimento médio, por sexo.

Região AMFRI

FX REM MEDI	MASCULINO	FEMININO
ATE 0,50	156	48
0,51 1,00	1049	1185
1,01 1,50	6190	7932
1,51 2,00	13494	13663
2,01 3,00	16942	7192
3,01 4,00	6604	2210
4,01 5,00	2952	1097
5,01 7,00	2744	1547
7,01 10,00	1858	1014
10,01 15,00	1356	587
15,01 20,00	683	288
MAIS DE 20,0	833	272

FONTE: MTE, RAIS, Dados On Line, 2005.

Na tabela a seguir pode ser observada uma das razões da pertinência da crescente atenção que a feminização da pobreza, pois é possível observar que quase um quarto dos lares da região em estudo são chefiadas por mulheres, que ao mesmo tempo detêm renda sensivelmente inferior àquela que os homens apresentam nas cidades da AMFRI. Se comparadas numericamente às informações abaixo poderão constatar que as mulheres são responsáveis por 23,51% das residências, enquanto que detêm em média 13,67% dos rendimentos decorrentes do trabalho formal na região em fito.

TABELA 3 – Pessoas Responsáveis e com Rendimento nas cidades da AMFRI

Cidades	Responsáveis			Rendimento		
	Pessoas	Homens	Mulheres	Pessoas	Homens	Mulheres
Balneário Camboriú	23.393	16.510	6.883	R\$ 3.106,34	R\$ 2.525,37	R\$ 573,23
Bombinhas	2.470	2.043	427	R\$ 1.317,29	R\$ 1.195,11	R\$ 144,45
Camboriú	6.401	5.259	1.142	R\$ 1.396,56	R\$ 1.252,27	R\$ 133,49
Ilhota	2.957	2.476	481	R\$ 1.286,96	R\$ 1.160,91	R\$ 120,00
Itajaí	41.396	31.328	10.068	R\$ 2.438,11	R\$ 2.020,91	R\$ 358,94
Itapema	7.533	5.983	1.550	R\$ 1.647,18	R\$ 1.424,45	R\$ 222,71
Luiz Alvez	2.114	1.890	224	R\$ 1.821,78	R\$ 1.583,17	R\$ 238,61
Navegantes	10.900	8.440	2.460	R\$ 1.105,35	R\$ 941,19	R\$ 164,16
Penha	5.077	4.053	1.024	R\$ 1.419,22	R\$ 1.241,88	R\$ 177,35
Piçarras	3.065	2.402	663	R\$ 1.428,65	R\$ 1.215,59	R\$ 213,06
Porto Belo	3.096	2.524	572	R\$ 1.666,68	R\$ 1.465,35	R\$ 201,33
Soma / Média	108.402	82.908	25.494	R\$ 1.694,01	R\$ 1.456,93	R\$ 231,58

Fonte: IBGE, Censo 2000. Micro Dados

As questões acima discutidas em torno da distribuição do rendimento no setor formal podem ser observadas também no âmbito do rendimento nominal médio na região em estudo.

TABELA 4 – Rendimento Nominal nas cidades da AMFRI

Local	Rendimento Médio	Empregador	Conta Própria
-------	------------------	------------	---------------

Balneário	470,00	1750,00	600,00
Bombinhas	400,00	1500,00	500,00
Camboriú	350,00	1500,00	400,00
Ilhota	302,00	1200,00	400,00
Itajaí	400,00	1500,00	500,00
Itapema	400,00	1500,00	500,00
Luiz Alves	350,00	4000,00	480,00
Navegantes	350,00	1000,00	400,00
Penha	350,00	1000,00	400,00
Piçarras	340,00	1000,00	400,00
Porto Belo	360,00	1500,00	450,00
Média Geral	338,36	1586,36	457,27

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Um argumento recorrente para explicar a questão do baixo rendimento feminino vincula-se a uma justificativa de que as mulheres possuem jornadas de trabalho menores do que a jornada de trabalho masculina por causa dos encargos domiciliares que a mulher tem, contudo essa explicação é uma das formas reprodutoras da desigualdade elaboradas para justificar essa disparidade no rendimento entre homens e mulheres. O que ocorre é que no âmbito da precarização das relações de trabalho vigentes nas últimas décadas o trabalho feminino tem sido utilizado de forma mais intensiva na tentativa da redução dos custos de produção (Melo, 2005).

Uma outra “explicação” no âmbito das relações desiguais de gênero constrói-se a partir da idéia de que a diferença de rendimentos entre homens e mulheres possa ser compreendida como que o baixo rendimento das mulheres é um suplemento da família, pois os rendimentos já seriam calculados para a própria subsistência e para a manutenção da família (Scott, 2001).

Isto, na prática, encontra-se na base da explicação da desigualdade dos rendimentos entre os homens e mulheres, pois é necessário salientar que em muitos casos as mulheres estão concentradas nas ocupações menos qualificadas, e, nos casos em que desempenham tarefas igualmente qualificadas que os homens, as relações patriarcais e as desigualdades inerentes ao sistema social em curso tomam conta do



cenário, reproduzindo no trabalho as relações hierárquicas vigentes no âmbito doméstico (Toledo, 2004; Soares; Oliveira, 2004).

Dessa forma, com Sorj (2005), tem a possibilidade de salientarmos que essas desigualdades na sociedade foram superadas em alguns aspectos, sendo que as questões de representatividade política perderam a sua legitimação, como por exemplo, a exclusão das mulheres no exercício do voto. No entanto, tem outras desigualdades que ainda mantêm a sua legitimidade, por exemplo, a mulher tendo a função, perante a sociedade, de cuidar dos filhos – uma visão maternal – enquanto que o homem, perante a sociedade – tem a sua função em ser o provedor da manutenção do grupo familiar.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão que buscamos estudar se apresenta na sociedade como resultado da lógica neoliberal que toma conta do debate no meio acadêmico e no campo político orientado para a necessidade de elaboração de políticas públicas, tendo como foco na sociedade contemporânea o fenômeno da feminização da pobreza como uma das faces da 'nova pobreza'. Na prática a crescente pesquisa nesta área não quer afirmar que isto seja uma característica crescente, nem mesmo que a pobreza em si o seja, mas o que buscamos apresentar é que os estudos da recente pobreza apontam para esse aspecto peculiar de uma parcela considerável dos lares serem chefiados por mulheres, e que, por conta das características persistentemente patriarcais e hierárquicas da sociedade capitalista, esse exercício acontece em situação de pobreza.

Compreendemos que essa face da 'nova pobreza' é um processo que está intrinsecamente ligada com a questão de gênero e conseqüentemente com o termo 'chefia feminina', quem em muitos casos está relacionado com a falta do cônjuge e seus dependentes são filhos ou até mesmo cônjuge incapaz de trabalhar.

Os dados de IBGE (2000) mostram que as mulheres obtêm menos rendimentos que os homens, os quais na região da AMFRI adquirem uma diferença significativa, como a que pode ser observada na cidade de Balneário Camboriú, onde o rendimento registrado das mulheres no setor formal representa 22,69% dos rendimentos obtidos pelos homens.

Para sucintamente compreendermos essa diferença no âmbito da pesquisa foram aventadas uma série de explicações. Entre as quais podem ser destacadas: (a) considerar as diferenças de jornada de trabalho, (b) com a questão da qualificação feminina, e (c) a visão de que o rendimento feminino é um complemento para a manutenção do grupo familiar. Essas hipóteses são as que norteiam as pesquisas em curso visando compreender a questão da feminização da pobreza, isto é desvendar os fatores que estão relacionados com a persistência da pobreza das mulheres, no âmbito de uma crescente precarização social na contemporaneidade (Spindola, 2005).

Em última instancia, a pobreza não possui nada de 'novo', o que podem ser novas são as óticas e as características que assume nas diversas conjunturas e espaços, mas a partir de considerarmos a desigualdade de apropriação da riqueza a pobreza é uma decorrência "natural". A perspectiva subliminar que conduz o presente estudo está vinculada com a preocupação de superação dessa condição social, não somente do viés feminino da pobreza, senão com a compreensão da necessidade da sua extirpação definitiva do seio da sociedade. Para tal, concebemos o estudo e sua análise como um primeiro passo fundamental, como um primeiro estágio para em seguida debater as possibilidades de transformação social.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRIAGADA, Irmã. "Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género". *Revista de la Cepal*, n.85, Abril de 2005, p.101-113.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico. *Censo de 2000*, micro dados. Florianópolis, 2004.

MARX, Karl. *O Capital*. 11 ed. São Paulo: Bertrand Brasil, 1987, livro 1. 933p.

MELO, Hildete Pereira de. O Trabalho Industrial no Feminino. IN: *CEPAL*. "Emprego Feminino no Brasil: Mudanças Institucionais e novas inserções no mercado de trabalho". Disponível em <[www.eclac.cl](http://www.eclac.cl)>. Acesso em 5 de março de 2005, p.33-52.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. Cadastro de emprego e Desemprego. *Base de Dados On Line*. Disponível em <www.mte.gov.br> . Acesso em 8 de fevereiro de 2005.

OLIVEIRA, Guacira César de. "Gênero, raça e classe: Contribuições para a erradicação da pobreza". IN: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil*. Por um Brasil sem desigualdades. Relatório final, seminário internacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005, p.295-299.

PAUGAM, Serge. *Desqualificação Social: Ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo: Cortez, 2003. 331p.

PETRAS, J. Os Fundamentos do Neoliberalismo. In: OURIQUES, N. D. e RAMPINELLI, W. J. *No Fio da Navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC*. São Paulo: Xamã, 1997.

PRÁ, Jussara reis. Pobreza, Gênero e Políticas Públicas. IN: BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Comissão Externa da Feminização da Pobreza no Brasil*. Por um Brasil sem desigualdades. Relatório final, seminário internacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2005, p.277-294.

SCOTT, Joan W.. A Mulher trabalhadora. IN: DUBY, Georges; PERROT, Michele. *História das Mulheres no ocidente*. Século XIX. Porto: Edições Afrontamento, 2001, v.4, p.443-475.

SORJ, Bila. "Percepções sobre esferas separadas de gênero". IN: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi (ORG). *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p.79-88.

SOARES, Cristiane; OLIVEIRA, Sonia. *Gênero, estrutura ocupacional e diferenças de rendimento*. Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, 20-24 de setembro de 2004.

SPINDOLA, Célio. *Mulher Chefe de Família*. Mimeo. Florianópolis, 2005.

TOLEDO, Cecília. Mulheres: O gênero nos une, classe nos divide. 2 ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003. 148p.

Resumo:

Este artigo visa comunicar resultados de uma pesquisa que está em curso denominada "A Feminização da Pobreza na Associação de Municípios da Foz do Rio Itajaí (AMFRI): A desigualdade de gêneros no mercado de trabalho formal". Na presente investigação tencionamos por analisar a relação de gênero com as problemáticas crescente da pobreza, que incita a um intenso debate entre os pesquisadores que atuam nessa linha de pesquisa, assim como se tornou caminho obrigatório no diálogo dos governantes com os movimentos sociais.

Decorrentes da crescente desigualdade na distribuição de renda nos últimos decênios a questão da pobreza retornou ao centro do debate acadêmico e das políticas públicas.

Os autores desta pesquisa compreendem ser necessário construir um entendimento deste fenômeno como sendo uma das faces da 'nova pobreza'. Concebemos que tem uma devida importância resgatar uma contextualização histórica e contemporânea do fenômeno da desigualdade entre os gêneros para compreender o fenômeno que está atingindo a sociedade.

Os dados apresentados oferecem-nos elementos para construir uma leitura abrangente sobre a questão aguda e angustiante da desigualdade na apropriação da riqueza socialmente produzida, como um dos resultados mais cruéis da lógica neoliberal. Obviamente que essa desigualdade de riqueza e renda que a pobreza assume nos dias atuais possui várias dimensões particulares em que cada uma das regiões do Brasil. O que procuramos na pesquisa realizada é analisar a dimensão que essa desigualdade assume na região antes referida, ao mesmo tempo em que buscamos identificar as principais características que assumem as relações de gênero vinculadas à distribuição de rendimentos e riqueza nesta região.

No presente escopo analítico somamo-nos a uma numerosa gama de pesquisadores preocupados com a persistência e a complexidade crescente da desigualdade na apropriação da riqueza na sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: pobreza, feminização e trabalho formal.

\* Professor dos Cursos de Ciências Sociais e Ciência Política e do Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas.

\*\* Acadêmico de Ciência Política, 8º Período, na Universidade do vale do Itajaí – UNIVALI, bolsista do Programa de Iniciação Científica da Univali – ProBic/Univali.